

**ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2014/2015**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** SP003515/2015  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 02/04/2015  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR015261/2015  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46254.001177/2015-37  
**DATA DO PROTOCOLO:** 30/03/2015

**Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.**

LWART LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ n. 46.201.083/0001-88, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). THIAGO LUIZ TRECENTI ;

E

SIND COND VEIC E TRAB EM TRANSP ROD URB E PASSAG L PTA, CNPJ n. 51.519.585/0001-91, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE PINTOR;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2015 e a data-base da categoria em 01º de outubro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **CONDUTORES DE VEÍCULOS E TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E URBANOS DE PASSAGEIROS**, com abrangência territorial em **Lençóis Paulista/SP**.

**Salários, Reajustes e Pagamento****Piso Salarial****CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO**

A partir de 1º de outubro de 2014, fica estabelecido o valor do SALÁRIO NORMATIVO para os cargos abaixo:

MOTORISTA DE CARRETA	R\$ 2.409,00
MOTORISTA MANOBRISTA	R\$ 1.831,39
MOTORISTA DE TRUCK	R\$ 1.750,62
MOTORISTA COMPR OLEO LUBR. USADO	R\$ 1.750,62

§ 1º - Os valores assim estabelecidos encontram-se em consonância para com a legislação vigente.

§ 2º - Aos empregados com cargos de Motorista, a empresa concederá o reajuste salarial igual a 7,00% (sete por cento) sendo 6,59% de reposição da inflação e 0,38% de aumento real, incidentes sobre o salário de 30 de setembro de 2.014;

## **CLÁUSULA QUARTA - SALÁRIO DE ADMISSÃO**

Aos empregados admitidos para exercer a mesma função de outro, cujo contrato de trabalho tenha sido rescindido, exceto por justa causa, será garantido, ressalvadas as vantagens pessoais, o mesmo salário da função ou o salário normativo para ela existente.

### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

## **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DOS SALÁRIOS**

O pagamento dos salários deverá ser efetuado até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele vencido; se tal dia ocorrer em um sábado, o pagamento ocorrerá no primeiro (1º) dia útil antecedente.

§ 1º - Até o dia 20 de cada mês, será fornecido um adiantamento salarial de 40% (quarenta por cento) do salário nominal, a ser compensado naquele alusivo ao mesmo mês em curso. O empregado poderá deixar de receber este adiantamento, caso lhe convenha, todavia deverá solicitar por escrito à empresa a suspensão do mesmo.

§ 2º - A inobservância dos prazos acima acarretará o acréscimo de 1% (um por cento) ao mês, calculado “pro rata die”, sobre o correspondente valor, revertido a favor do empregado.

## **CLÁUSULA SEXTA - SALÁRIO PAGO EM CHEQUE - INTERVALO PARA DESCONTO**

Sempre que os salários forem pagos através de bancos ou na própria empresa, será assegurado ao trabalhador intervalo remunerado, a critério da empresa, de tal modo que não prejudique o andamento do serviço, para que o mesmo receba seu ganho, sendo que este intervalo não corresponderá àquele destinado a descanso e refeição.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO**

As empresas fornecerão aos seus empregados o comprovante de pagamento que contenha a sua identificação, bem como, a discriminação de todas as parcelas pagas e dos descontos efetuados, tais como salário, PTS, abonos, FGTS, INSS, IRRF, adiantamento quinzenal e outros.

### **Remuneração DSR**

## **CLÁUSULA OITAVA - INCIDÊNCIA DA HS. EXTRAS**

As horas extras integrarão a remuneração dos empregados para efeitos de férias com os acréscimos legais, décimo terceiro salário, aviso prévio, INSS, FGTS e verbas rescisórias, quando da dispensa.

### **Descontos Salariais**

## **CLÁUSULA NONA - DESCONTOS SALARIAIS**

As empresas poderão descontar mensalmente dos salários de seus empregados, de acordo com o artigo 462, da CLT, além dos itens permitidos por Lei, também os referentes a seguro de vida em grupo, empréstimos pessoais, contribuições e associações de funcionários, transporte e outros benefícios concedidos, desde que expressamente autorizado por escrito pelos próprios empregados.

### **Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

## **CLÁUSULA DÉCIMA - LIVRE NEGOCIAÇÃO**

Os salários estabelecidos na cláusula do SALARIO NORMATIVO, serão objeto de livre negociação tão só na data - base de 1º de outubro de 2015, em permanecendo vigentes as regras da legislação vigente nesta data.

Parágrafo único - Na hipótese de ocorrer alteração na política governamental de salários, as partes se comprometem a negociar uma adaptação dos termos desta cláusula à realidade jurídica que se estabelecer.

### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **Adicional de Periculosidade**

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PERICULOSIDADE**

Tendo em vista o atual entendimento dos tribunais (cancelamento OJ SDI-1 258 do TST e conversão na súmula 364 do TST), a partir da vigência da presente norma coletiva será pago adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) aos trabalhadores, nos termos do art. 193 § 1º da CLT.

Parágrafo único: O adicional será devido a todos os trabalhadores que exerçam a função de motorista coletor de óleo lubrificante usado e motorista de Truck, não se estendendo a outras funções cujos pressupostos legais estejam ausentes.

### **Prêmios**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PRÊMIO TEMPO DE SERVIÇO**

O P.T.S. (Prêmio por Tempo de Serviço) que contempla os empregados exercentes das funções estampadas na cláusula do SALARIO NORMATIVO, que já tenham completado, ou venham a completar 2 (dois) anos de serviço efetivo e ininterrupto à sua empregadora, será pago mensalmente em percentual de 5% (cinco por cento) do salário normativo específico da função.

Parágrafo único - O P.T.S. não tem natureza salarial para quaisquer efeitos trabalhista, tributário e previdenciário, sendo devido a partir do mês seguinte àquele em que o empregado completar 02 (dois) anos de serviços na empresa, não sendo devido cumulativamente.

### **Participação nos Lucros e/ou Resultados**

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ACORDO DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS**

Fica desde já convencionado a manutenção das regras do Acordo de Participação nos Resultados da Empresa firmado para o ano civil de 2.014 e para vigorar no ano civil de 2.015, nas condições a serem definidas na época própria, que terá como base de cálculo o valor correspondente a 1,8 (um vírgula oito) salários nominais.

## Ajuda de Custo

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIÁRIAS E AJUDA DE CUSTO

As partes estabelecem que o empregado abrangido no presente acordo fará jus a Diárias de despesas pelo numero de dias trabalhados do mês, da seguinte forma:

§ 1º Os valores diários serão compostos conforme abaixo:

#### **1) Motorista Coletor de Oleo e Motorista de Truck**

a) Almoço	R\$ 18,30
b) Jantar	R\$ 18,30
c) Café da manhã	R\$ 12,40

#### **2) Motorista de Carreta**

a) Almoço	R\$ 18,30
b) Jantar	R\$ 18,30
c) Café da manhã	R\$ 11,90
d) Pernoite	R\$ 9,00

w§ 2º As diárias não correspondem a salário para efeitos trabalhistas e/ou previdenciários, porquanto obedecido limite estatuído no artigo 457, parágrafo 2º, da CLT, e, ainda, porque essa verba não remunera serviço, indenizando, apenas, despesas do empregado na execução do trabalho.

§ 2º Ao motorista será adiantado o valor mensal das diárias com base na previsão de viagens, feriados e folgas.

§ 3º No caso de aumento ou diminuição de dias trabalhados na forma do § 2º as diárias do mês subsequente serão aumentados ou diminuídos na idêntica proporção.

§ 4º - A diária será paga em dobro quando o motorista empreender viagem em dias de domingos ou feriados e será proporcional ao horário de início da mesma.

§ 5º Está excluída desta cláusula Motoristas que venham a fazer suas refeições na sede da empresa ou que recebem diariamente refeições através de marmitas.

## Auxílio Morte/Funeral

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento do empregado, as empresas pagarão, a título de auxílio funeral e na época do óbito, um abono no valor de 1 (um) salário normativo, a favor do (s) herdeiro (s) do mesmo.

Parágrafo único - Se as empresas, no dia do óbito do empregado, mantiver seguro em grupo, ficará desobrigada a tanto.

## Auxílio Creche

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CRECHES**

Com o objetivo de incrementar o amparo à maternidade e à infância, as partes signatárias do presente Acordo, analisada a Portaria MTb 3296, de 03.09.86, estabelecem as seguintes condições que deverão ser adotadas pelas empresas, com relação à manutenção e guarda dos filhos de suas empregadas no período de amamentação:

A – as empresas manterão local apropriado para guarda e vigilância dos filhos de suas empregadas, no período de amamentação, ou concederão, alternativamente, às mesmas e por opção destas, um reembolso de despesas efetuadas para este fim;

B – o valor do reembolso mensal corresponderá às despesas havidas com a guarda, vigilância e assistência de filho(a) registrado(a) ou legalmente adotado(a) até o limite máximo de R\$ 346,72 (trezentos e quarenta e seis reais e setenta e dois centavos), quando a guarda for confiada a entidade credenciada ou a pessoa física;

C – dado seu caráter substitutivo do preceito legal, bem como por ser meramente liberal e não remuneratório e desvinculado do salário, o valor reembolsado não integrará a remuneração para quaisquer efeitos;

D – o reembolso beneficiará somente aquelas empregadas que estejam em serviço efetivo nas empresas, excetuando-se os casos de afastamento por auxílio-doença ou acidente de trabalho;

E – o reembolso será devido independentemente do tempo de serviço nas empresas e cessará 72 (setenta e dois) meses após o término do licenciamento compulsório ou antes deste prazo na ocorrência de cessação do contrato de trabalho; o prazo de vinte e quatro meses é válido apenas para a opção de reembolso;

F – em caso de parto múltiplo, o reembolso será devido em relação a cada filho, individualmente;

G – na hipótese de adoção legal, o reembolso será devido em relação ao adotado, a partir da data da respectiva comprovação legal;

H – a presente cláusula aplica-se também ao pai a quem tenha sido atribuída a guarda legal e exclusiva dos filhos;

I - O pagamento do reembolso fica condicionado a apresentação de comprovantes de despesas.

As empresas ficarão desobrigada do reembolso se vier a manter, em efetivo funcionamento, local próprio para guarda ou creche.

Os benefícios relativos a esta cláusula poderão ser estendidos, a pedido dos interessados, aos empregados viúvos, divorciados ou separados judicialmente, que legalmente detenham a guarda exclusiva dos filhos.

### **Outros Auxílios**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXÍLIO POR FILHO EXCEPCIONAL**

As empresas reembolsarão mensalmente, aos seus empregados, os valores efetivo e comprovadamente despendidos com o tratamento e educação especializada de filhos excepcionais, assim considerados os portadores de limitação psicomotora, os cegos, os surdos, os mudos e os deficientes mentais, comprovado por médico especialista e ratificado pelo médico da empresa e, na falta deste, por médico do convênio ou do INSS, nesta ordem de preferência.

A - Este reembolso estará limitado, por filho, a R\$ 723,61 (setecentos e vinte e três reais e sessenta e um centavos), ressalvadas as condições mais favoráveis já existentes.

B – Farão jus a este reembolso, o pai ou a mãe de filhos excepcionais, com idade de 0 (zero) à 216 (duzentos e dezesseis) meses, desde que o tratamento e/ou processo de educação não possa ser realizado em APAE e/ou instituições similares.

C - O pagamento deste reembolso fica condicionado à apresentação de comprovantes de despesas e do respectivo atestado médico da condição de excepcionalidade do filho.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CESTA BÁSICA / CARTÃO ALIMENTAÇÃO**

As Empresas fornecerão a seus empregados uma das seguintes opções:

**CESTA BASICA EM GÊNEROS - OPÇÃO Nº 01:**

- 05 pacotes de 1 kg cada de açúcar refinado;
- 01 frasco de Agrin (Vinagre) de 750 ml;
- 02 pacotes de 5 kg de arroz tipo 1;
- 02 pacotes biscoito salgado de 200 grs cada;
- 02 pacotes de 500 grs cada de café torrado e moído;
- 01 caixa de papelão Nobre 3 (un 1 kg);
- 02 pacotes de 500 grs cada de charque dianteiro;
- 02 tubo de 90 grs de creme dental;
- 01 detergente líquido de 500 ml;
- 01 pacote de 60 grs de esponja de aço
- 02 latas de 140 grs cada de extrato de tomate;
- 01 pacote de 500 grs de farinha de mandioca crua;
- 02 pacotes de 1 kg cada de farinha de trigo especial;
- 04 pacotes de 1 kg cada de feijão carioca tipo 1 novo superior;
- 01 unidade de filme plast. protec Box;
- 02 pacote de 500 grs de fubá mimoso;
- 01 tablete de 300 grs de goiabada;
- 02 pacotes de 400 grs cada de leite em pó vitaminado;
- 02 pacotes de 500 grs cada de macarrão espaguetti com ovos;
- 02 pacote de 500 grs de macarrão parafuso com ovos;
- 02 latas de 900 ml cada de óleo de soja;
- 01 pacote com 04 unidades de papel higiênico;
- 02 pacotes com 50 grs cada de queijo ralado;
- 01 caixa de 500 grs de sabão em pó;
- 02 unidades de 90 grs cada de sabonete;

- 01 pacote de 1 kg de sal refinado;
- 03 latas de 130 grs cada de sardinha;
- 01 pacote com 05 (cinco) unidades de sabão em pedra.

## **CARTÃO ALIMENTAÇÃO - OPÇÃO Nº 2**

O colaborador que escolher esta opção fará jus ao valor do crédito de R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro reais), através de cartão alimentação.

§ 1º - A opção por uma das composições acima, deverá ser feita pelo empregado junto à área de Recursos Humanos da Empresa, podendo ser alterada pelo mesmo a cada três meses, em novembro para o 1º trimestre; em fevereiro para o 2º trimestre; em maio para o 3º trimestre e em agosto para o 4º e último trimestre.

§ 2º - A autorização para retirada da Cesta Básica, será realizada pela empresa juntamente com o recibo de pagamento do mês, observada a cláusula de **adiantamento e pagamento dos salários**.

§ 3º - A cesta básica/cartão alimentação somente será devida àquele empregado que trabalhar o mês completo; não fará jus, à mesma, o empregado que tiver o contrato de trabalho rescindido por quaisquer de suas causas, no curso do mês.

§ 4º - A concessão de cesta básica/cartão alimentação nos termos desta cláusula, não se reveste de natureza salarial, por isso mesmo não se incorporando ao salário para qualquer efeito jurídico de natureza trabalhista, previdenciária e tributária.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - BENEFÍCIO SAÚDE**

A empresa se obriga a firmar convênio de assistência médica e odontológica a seus trabalhadores (as) e dependentes, preservando-se os padrões de atendimento, nos termos da legislação vigente.

Fica, ainda, ajustado que o trabalhador (a) afastado por doença ou acidente de trabalho, percebendo benefício previdenciário, será mantido no plano de assistência médica e odontológica durante o afastamento.

§1º - A participação dos trabalhadores (as) no custeio da assistência médica será objeto de negociação entre as empresas, seus trabalhadores (as) e o respectivo sindicato.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - MATERIAL ESCOLAR**

As empresas fornecerão um “KIT ESCOLA”, na forma abaixo discriminada, para os dependentes dos empregados e empregados estudantes, até o ensino médio.

Esse kit não terá natureza salarial, não se integrando, portanto, ao salário do empregado para qualquer efeito trabalhista, previdenciário ou fiscal.

Da composição do “KIT ESCOLA”:

### PRÉ-ESCOLA

	Descrição	Qtde
1	Caderno de desenho grande	1
2	Caixa de lápis de cera (12 cores) curton	1
3	Caixa de lápis de cor (12 cores)	1
4	Conjunto de cola colorida (06 cores)	1
5	Pincel médio para pintura no. 10	1
6	Pasta com elástico	1
7	Tesoura sem ponta	1
8	Tubo de glitter/purpurina escolar 3G	1
9	Tubo de cola 90 ml	2
10	Caixa de massa de modelar	1
11	borracha	1
12	estojo com zíper	1
13	Papel sulfite (100 fls)	2
14	Lápis preto	2
15	Jogo de pincel Pilot 850	1
16	Papel fantasia p/ encapar caderno)	1

### 1ª a 4ª SÉRIE

	Descrição	Qtde
1	Papel sulfite (100 fls)	3
2	Caderno brochurão (96 fls)	3
3	Pasta com elástico	1
4	Tesoura sem ponta	1
5	Lápis no. 02	2
6	Borrachas	3
7	Apontador com depósito	1
8	Caixa de lápis de cor grande (12)	1
9	Tubo de cola grande	1
10	Caneta azul	1
11	Caneta vermelha	1
12	Caderno de desenho grande	1
13	Caneta marca texto	1
14	Régua de 30 cm	1
15	Estojo com zíper	1

### 5ª a 9ª série

	Descrição	Qtde
1	Caderno espiral de 10 matérias	2
2	Lápis preto no. 02	2
3	Borracha	1
4	Caneta azul	2

5	Caneta vermelha	1
6	Régua 30 cm	1
7	Transferidor	1
8	Caderno de desenho grande milimetrado	1
9	Caixa de lápis de cor grande (12)	1
10	Estojo	1
11	Papel sulfite (100 fls)	3
12	Caneta marca texto	1
13	Apontador com depósito	1

### 1.º, 2.º e 3.º ano do Ensino Médio

	Descrição	Qtde
1	Caderno espiral de 10 matérias	2
2	Lápis preto no. 02	2
3	Borracha	1
4	Caneta azul	4
5	Caneta vermelha	1
6	Régua 30 cm	1
7	Transferidor	1
8	Esquadro	1
9	Compasso	1
10	Caderno de desenho grande milimetrado	1
11	Caixa de lápis de cor grande (12)	1
12	Estojo	1
13	Pasta	1

### Aposentadoria

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ABONO APOSENTADORIA

As empresas pagarão ao empregado que se aposentar, um abono no valor de 1 (um) salário normativo da função e correspondente na época, desde que o mesmo conte com 05 (cinco) ou mais anos contínuos de trabalho junto à mesma, nos casos de aposentadoria por invalidez ou tempo de serviço, mesmo que especial.

#### Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

##### Normas para Admissão/Contratação

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - READMISSÃO - EXPERIÊNCIA

Readmitido o empregado no prazo de 1 (um) ano, na função que exercia, não será celebrado novo contrato de experiência, desde que cumprido integralmente o anterior.

Parágrafo único - O contrato de experiência terá prazo máximo de 60 (sessenta) dias, incluída a eventual prorrogação.

##### Desligamento/Demissão

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - OBRIGATORIEDADE DA HOMOLOGAÇÃO

O Sindicato da Categoria Profissional compromete-se a não recusar a homologação desde que,

não conste manifesta incorreção no recibo de quitação, ficando preservado o direito da entidade profissional de proceder às ressalvas que julgarem cabíveis.

### **Aviso Prévio**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - AVISO DISPENSA**

A comunicação de dispensa far-se-á por escrito e contra - recibo, sendo o período relativo ao aviso prévio indenizado integralmente, na forma da lei.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CARTA AVISO**

Aos empregados demitidos com alegação de justa causa, dar-se-á ciência por escrito e contra - recibo, com menção dos fatos.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - AVISO PRÉVIO**

O empregado despedido fica dispensado do cumprimento do aviso prévio quando comprovar ou declarar a obtenção de novo emprego, desonerando a empresa do pagamento dos dias não trabalhados.

### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

#### **Transferência setor/empresa**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - TRANSFERÊNCIA**

No caso de transferência provisória de município, por qualquer motivo, o empregado fará jus ao adicional de transferência equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do salário nominal.

#### **Estabilidade Serviço Militar**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA - SERVIÇO MILITAR**

As empresas concederão estabilidade ao empregado em idade de prestação de serviço militar, desde a data do alistamento até 60 (sessenta) dias após o desengajamento previsto na Lei nº 4.375/64.

#### **Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA - ACIDENTE DE TRABALHO**

O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantia, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, contados após a cessação do auxílio - doença acidentário, independente de percepção de auxílio - acidente.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ACIDENTE DO TRABALHO - READAPTAÇÃO**

Ao trabalhador vitimado por acidente de trabalho ou moléstia profissional, salvo os decorrentes de culpa ou dolo do mesmo, de que resulte redução da capacidade laborativa, poderá ser readaptado em função

compatível com seu estado físico sem prejuízo da remuneração antes percebida ou das demais garantias deste acordo.

### **Estabilidade Aposentadoria**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO**

As empresas assegurarão aos empregados que estiverem, comprovadamente, a 1 (um) ano da aquisição de direito à aposentadoria e que contem com 5 (cinco) anos de serviços contínuos na mesma, o emprego ou salário durante o período que faltar para se aposentar, excetuando-se os casos de demissão por justa causa, de extinção do estabelecimento, ou motivo de força maior comprovada, desde que por eles avisadas.

Parágrafo único - Essa comprovação deverá ser feita no prazo máximo de vigência do aviso prévio, cumprido ou indenizado.

### **Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - CARONA - PROIBIÇÃO**

Fica vedado ao empregado dar carona a terceiros estranhos ao empregador, sob pena de resolução contratual por justa causa.

### **Outras normas de pessoal**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRARIEDADE AO ACORDO - PROIBIÇÃO**

Os contratos individuais de trabalho não poderão contrariar o presente acordo.

### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

#### **Prorrogação/Redução de Jornada**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - SUSPENSÃO DOS TRABALHOS**

Quando a empresa suspender o trabalho de seus empregados por motivos técnicos para a execução de serviços de manutenção, falta de matéria prima ou outras razões, não poderão exigir a compensação das horas faltantes, com horas extraordinárias ou em dias de férias, nem exigir que reponham as horas deixadas de trabalhar.

Parágrafo único - Será considerado como tempo à disposição do empregador o período que os empregados permanecerem na empresa aguardando o transporte.

### **Compensação de Jornada**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - COMPENSAÇÃO DE HORAS**

As empresas poderão adotar o regime de compensação de horas para exclusão de trabalho em qualquer dia da semana, de modo que, na correspondente semana venha a ser completado o horário normal de 44:00 (quarenta e quatro) horas.

§ 1º - Poderão as empresas firmar o acordo individualmente com seu empregado, ficando concretizada a hipótese subjetivamente estabelecida no art. 7º, inciso XIII, da

Constituição Federal.

§ 2º - Sem descaracterização desse acordo de compensação, serão remuneradas como extraordinárias as horas suplementarmente laboradas após a jornada normal semanal de 44:00 (quarenta e quatro) horas, observando-se o estabelecido na cláusula de INCIDENCIA DAS HORAS EXTRAS deste

### **Intervalos para Descanso**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - INTERVALO ENTRE JORNADA**

Entre uma jornada e outra de trabalho, será garantido intervalo mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso.

### **Férias e Licenças**

#### **Duração e Concessão de Férias**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - FÉRIAS**

As férias, observado o disposto no art. 135 da CLT, só poderão ter início em dias úteis, que não antecedem sábados, domingos e feriados.

§ 1º - Mediante concordância expressa do empregado, a empresa poderá conceder-lhe férias antecipadas.

§ 2º - Os empregados poderão optar pela antecipação de 50% do 13º salário, de acordo com a legislação vigente (Lei n.º 4.749/1965).

### **Saúde e Segurança do Trabalhador**

#### **Condições de Ambiente de Trabalho**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DOCUMENTOS DO I.N.S.S.**

As empresas deverão preencher a documentação exigida pelo INSS (atestado de afastamento e salários, declaração de atividade penosa, perigosa ou insalubre, etc), quando solicitado pelo trabalhador e fornecê-lo obedecendo o prazo máximo de cinco (5) dias.

#### **Uniforme**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - UNIFORMES**

Será fornecido gratuitamente uniforme desde que exigido seu uso pelo empregador.

#### **CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA - CIPA**

Ao empregado eleito para o cargo de direção da CIPA fica vedada a dispensa arbitrária enquanto membro da CIPA, ou sem justa causa na forma do artigo 10, inciso II, das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

## **Aceitação de Atestados Médicos**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - ATESTADOS**

Os atestados para abono de qualquer tipo de faltas, se e quando emitidos pelo Sindicato Profissional, seja por serviço próprio desse sindicato ou por convênios assinados, deverão ser aceitos pelo empregador.

Parágrafo único - Caso a empresa mantenha atendimento médico/odontológico próprio ou conveniado em favor de seus empregados, os atestados por estes emitidos, prevalecerão sobre os demais constantes do “caput” desta cláusula.

#### **Relações Sindicais**

#### **Contribuições Sindicais**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

As empresas recolherão às suas expensas, o valor correspondente à Contribuição Assistencial igual a 9% (nove por cento) do salário nominal de cada empregado, limitado a R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais), em três (3) parcelas iguais a 3% (três por cento) cada uma, limitadas a R\$ 144,00 (cento e quarenta e quatro reais), cuja distribuição das parcelas, para fins de recolhimento, obedecerão aos seguintes critérios:

A – 1ª parcela em 10 de janeiro de 2015; 2ª parcela em 10 de fevereiro 2015 e 3ª parcela em 10 de março de 2.015;

B – O recolhimento será realizado através de guias fornecidas pelo Sindicato.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - MENSALIDADE ASSOCIATIVA**

As empresas efetuarão o desconto exclusivamente daqueles empregados associados e efetuarão o recolhimento mensalmente à razão de R\$ 26,00 (vinte e seis reais) por associado, através de guias próprias a serem fornecidas pelo Sindicato.

#### **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DIÁLOGO**

As partes, de comum acordo, se comprometem a manter contato constante e diálogo franco, para a superação de conflitos durante a vigência deste Acordo, que se originem de malferimento das disposições do pacto, ou de sua indevida interpretação.

#### **Disposições Gerais**

#### **Regras para a Negociação**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - CONVENÇÃO COLETIVA**

Na hipótese de vir o Sindicato conveniente a firmar qualquer instrumento de Convenção Coletiva, fica desde

já estabelecido que as empresas aqui acordantes do mesmo estará automaticamente excluída, para todos os fins e efeitos de direito.

### **Mecanismos de Solução de Conflitos**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO**

O motorista deverá cumprir fielmente todas as determinações do Código de Trânsito Brasileiro, da legislação complementar e das Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), ficando sob sua exclusiva responsabilidade as penalidades e medidas administrativas decorrentes da inobservância de qualquer desses preceitos, quando forem esses deveres e responsabilidade do condutor.

**Parágrafo único** – Ocorrendo fato descrito no caput desta, a empresa se obriga, de imediato, a comunicar ao motorista o recebimento do Auto de Infração, facultando-lhe o direito de recurso em todas as instâncias, a ser interposto contra a autoridade de trânsito que impôs a penalidade.

### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - MULTA POR NÃO CUMPRIMENTO DO ACORDO**

Em caso de descumprimento do Acordo Coletivo por qualquer das partes, a qual descumprir será intimada a comparecer na sede da outra para explicar as razões do não cumprimento.

**Parágrafo primeiro** – Esgotados os meios negociais ou recursos e não se cumprindo as medidas corretivas será aplicado multa convencional do valor correspondente a 10% (dez por cento) do piso salarial do empregado envolvido, sendo que essa multa será revertida a favor da parte.

**Parágrafo segundo** – Fica estabelecido, desde já, que o Sindicato Acordante tem total competência para representar os membros de sua categoria, administrativamente ou judicialmente, nos termos do inciso III, do Artigo 8º da Constituição Federal, em especial, para representá-los como substituto processual junto ao Poder Judiciário Trabalhista em qualquer âmbito, inclusive, para requerer qualquer dos benefícios aqui estabelecidos.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - COMPETÊNCIA**

Será competente a Justiça do trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação do presente acordo coletivo do trabalho.

THIAGO LUIZ TRECENTI  
Diretor  
LWART LUBRIFICANTES LTDA

JOSE PINTOR  
Presidente  
SIND COND VEIC E TRAB EM TRANSP ROD URB E PASSAG L PTA